

## Artigo de opinião – Jornal de Notícias

10 de fevereiro, 2026 às 10:23

Volto ao tema da cooperação descentralizada territorial e às hiperligações entre espaços de fluxos e espaços-rede de lugares, uma oportunidade para refletir, mais uma vez, sobre a valorização das áreas de baixa densidade (ABD).

Os lugares são os rostos do nosso habitar sobre a terra. Eles são também palimpsestos, uma delicada e complexa estratificação de rastos, sinais, subversões, de remodelações e destruições, humanas e naturais, nunca são aqueles territórios anódinis que imaginam os projetistas e especuladores.

(Luísa Bonesia, p.472, em Filosofia da Paisagem)

A geoeconomia do espaço está em profunda transformação e o palimpsesto em constante remodelação. O nosso tempo é dominado pela mobilidade e velocidade, logo, o espaço de fluxos prevalece sobre o espaço de lugares. As tecnologias de informação e comunicação acentuam esta tendência, aceleram o marketing e a publicidade dos lugares e geram um fluxo assimétrico de visitação entre, de um lado, os lugares de destino com mais signos distintivos e, de outro, os lugares mais remotos, esquecidos e abandonados. Todavia, e como diz a citação, os lugares nunca são aqueles territórios an dininis que imaginam os projetistas e especuladores, eles são uma delicada e complexa estratificação de rastos, sinais, subversões e remodelações em constante movimento. Façamos, pois, o caminho do nosso palimpsesto.

Como já referi em textos anteriores, a grande dial tica dos territórios   entre espaços de fluxos e espaços-rede de lugares, uma intera o que foi extraordinariamente acelerada pela digitalização da informa o, do conhecimento e da comunica o. A nossa pergunta de partida  , pois, fácil de enunciar: como aproveitar este metabolismo entre espaços de fluxos e espaços-rede de lugares de modo a reforçar as hiperligações de uma geoeconomia da coopera o multiterritorial mais criativa e intensiva?

O diagnóstico desta dial tica territorial está feito. Ele tem muito a ver com a convergência/divergência dos ciclos reprodutivos que alimentam o clima, a tecnologia, a ecologia, a economia e a vida coletiva. Os termos desta equa o têm ciclos de dura o muito variável e este facto está na origem dos nossos principais

problemas de ajustamento, adaptação e desenvolvimento. O clima tem ciclos longos, porém, cada vez mais curtos e severos. A tecnologia tem ciclos muito curtos de inovação, mas acelera com frequência deixando muita gente para trás. A ecologia tem ciclos mais longos, mas por causa das várias métricas de sustentabilidade ficou mais confusa e com eventos críticos mais frequentes e intensos. A economia converteu recursos em ativos e, agora, os investimentos dependem cada vez mais da valorização desses ativos, ou seja, submeteu as lógicas produtivas à lógica financeira e suas flutuações. Entretanto, a humanidade e a vida coletiva que até há pouco respiravam ao ritmo dos ciclos intergerações, sentem-se, agora, um pouco perdidas, pressionadas e confusas e ao sabor do descompasso do clima, da tecnologia, da ecologia e da economia. Neste contexto tão adverso e acelerado, o que fazer?

A minha proposta é simples, a união faz a força, logo, todas as soluções de cooperação descentralizada territorial são bem-vindas para fortalecer o tecido social das ABD, como exemplos de aplicação prática do conceito de espaço-rede de lugares. Para que se compreenda melhor este conceito trago aqui alguns exemplos que ilustram bem o sentido da conexão entre lugares, a retenção de fluxos e externalidades, a revisão das escalas de programação e planeamento, enfim, a prática de uma gestão intermunicipal criativa ao serviço dos cidadãos mais desprotegidos das ABD. Vejamos esses exemplos:

- Os serviços ambulatoriais de proximidade (SAP) em áreas de inovação social e colaborativa junto dos cidadãos mais vulneráveis, podem ter âmbito intermunicipal (1),
- As zonas de intervenção florestal (ZIF), as áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP), os condomínios de aldeias (CA) são instrumentos complementares do programa de transformação da paisagem e do combate aos fogos florestais (2),
- Os parques naturais, os geoparques, as bio-regiões, as zonas termais, as amenidades e os parques urbanos, os parques agroecológicos e outras áreas de paisagem protegida que funcionam como infraestruturas verdes, corredores ecológicos e suportes fundamentais aos sistemas agroalimentares de base local e intermunicipal (3), mas, também, como destinos turísticos privilegiados,
- As zonas industriais e os parques empresariais enquanto instrumentos privilegiados de uma economia circular de fins múltiplos de âmbito multiterritorial e regional (4)

- Os complexos hidroagrícolas de fins múltiplos e sua articulação com os clusters agroalimentares tendo em vista a formação de cadeias de valor de base multiterritorial e regional, em especial nas áreas de baixa densidade (5),
- As sociedades de agricultura de grupo, a gestão agrupada multiprodutos, as sociedades cooperativas e as organizações de produtores enquanto instrumentos privilegiados de uma nova economia agroalimentar de bens comuns e colaborativos de base multiterritorial (6),
- Os ecossistemas tecno-digitais de âmbito multiterritorial, que juntam uma rede de centros e polos de investigação, laboratórios colaborativos e grupos operacionais de investigação, living lab e incubadoras empresariais (7),
- Os ecossistemas educativos e socioculturais de âmbito multiterritorial que juntam uma rede de associações artísticas e culturais, agrupamentos escolares, escolas profissionais e escolas superiores, redes nacionais de arte e cultura contemporânea, residências artísticas, científicas e culturais (8),
- Os agrupamentos europeus de cooperação territorial, as euro-cidades e euro-regiões, enquanto instrumentos privilegiados dos programas de cooperação transfronteiriça e transnacional (9),
- Os destinos turísticos, menos e mais diferenciados, como instrumentos privilegiados de ordenamento e planeamento do território e respeito pelo génio e espírito dos lugares (10), das rotas e roteiros do turismo de natureza às artes da paisagem e paisagens literárias.

Em todos os casos aqui referidos já existe um espaço de fluxos e visitação de natureza muito variada, porém, há ainda uma margem apreciável para articular os efeitos de rede e aglomeração no quadro da economia local, regional e inter-regional. Por exemplo, parece-me evidente que uma redistribuição dos fluxos turísticos pelas ABD pode ser usada como instrumento de planeamento e promoção do seu desenvolvimento. Neste sentido, é preciso reconhecer que há uma debilidade estrutural nas áreas de baixa densidade por falta de massa crítica de recursos e incumbentes qualificados, razão pela qual é indispensável uma coordenação efetiva das CCDR em diálogo com as CIM, as instituições de ensino superior e as associações empresariais, tendo em vista promover estruturas de missão executivas que levem à prática um programa de ação coletiva e a gestão integrada de medidas e instrumentos de planeamento e política pública.

Quero recordar, a propósito, que já temos uma estratégia nacional para os territórios inteligentes (ENTI) aprovada por Resolução do Conselho de

Ministros (RCM) de dezembro de 2023. Ora, se queremos consistência na ação coletiva e intensidade-rede para estes projetos e iniciativas intermunicipais e multiterritoriais estamos obrigados a criar ecossistemas inteligentes e criativos com base na ENTI. De resto, a nova linguagem da ENTI avisa-nos acerca do que aí vem: centros de inteligência territorial, plataformas analíticas territoriais, smartificação do território e inteligência coletiva territorial, gestão e curadoria de territórios inteligentes e criativos, criação de terceiros-lugares para incubação empresarial, espaços de coworking de nómadas digitais e networking operacional e estratégico dos agentes económicos.

Aqui chegados, é evidente que estamos, nas ABD, num limiar instável de economia pouco diferenciada, porventura rentáveis a curto prazo, mas de duvidosa sustentabilidade e baixo retorno a médio prazo. Dito isto, a questão essencial que aqui levanto é esta: perante os problemas estruturais das ABD, é ou não possível reunir e fazer convergir um bom argumentista, um bom encenador, um bom leque de atores, um bom storytelling, uma boa governança multiescalar e multiníveis, vontade e coragem políticas quanto baste, para levar a bom termo a construção de um espaço-rede de lugares que ligue aldeias e vilas, produtos e serviços, ciência e cultura, signos e emblemas distintivos, no final, uma verdadeira economia criativa de âmbito intermunicipal e multiterritorial?

No tempo que vivemos, em plena era tecno-digital, os locais e os lugares diversificam-se e multiplicam-se. São os locais de residência (2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> residências), os locais de trabalho (presencial, teletrabalho, espaços de coworking, tiers-lieux), os lugares de recreio, lazer e visitação, os locais de compras e consumo, os locais do espaço público, os locais para as práticas físicas e desportivas, os lugares de culto e peregrinação, os locais de manifestação artística e cultural, os lugares de realidade aumentada, virtual e imersiva, os lugares e as plataformas de ensino e formação etc. Este enunciado significa que podemos viver em vários lugares e que esta topoligamia parece remeter-nos para uma antropologia da multilocalidade ou, se quisermos, para um espaço-rede de lugares, uns mais espaços de lugares fixos, outros mais espaço de lugares móveis ou fluxos.

Quero acreditar que esta antropologia dos espaços de cooperação territorial fará muito rapidamente o seu caminho com a ajuda dos dispositivos tecno-digitais da sociedade da informação e comunicação, com o suporte de um associativismo de 2<sup>o</sup> grau reforçado e as correspondentes estruturas de missão executivas. A solução já está lá, implícita e expectante, à espera de liderança, discernimento e inteligência coletiva territorial.

António Covas - Professor Catedrático da Universidade do Algarve

Fonte: <https://www.jn.pt/opiniao/artigo/geoeconomia-de-fluxos-e-espacos-rede-de-lugares/18050432>